



PERMANÊNCIA E ABANDONO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: REFLETINDO SOBRE ALGUNS DE SEUS MOTIVADORES¹

*Permanency and school dropout in professional education: reflecting on some of their
motivators*

ZANIN, Aleksandra Joelma Dal Pizzol Coelho²

GARCIA, Nilson Marcos Dias³

RESUMO

Apresenta resultados de pesquisa que teve como objetivo analisar, a partir da visão de estudantes e ex-estudantes de cursos técnicos concomitantes e subsequentes na área de Controle e Processos Industriais, as motivações e razões que justificam a sua permanência ou o abandono aos respectivos cursos. Fundamentada na concepção de trabalho como categoria central e princípio educativo, estabeleceu, também, diálogo com autores de diferentes vertentes e concepções teóricas, objetivando o aprofundamento sobre os embates teóricos e ideológicos que permeiam as discussões sobre permanência e abandono escolar. A partir de uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, envolveu estudantes trabalhadores de uma instituição Federal com campi em Joinville e Jaraguá do Sul, em Santa Catarina. Os resultados sinalizaram haver uma relação complexa e ambígua entre os motivadores do abandono e da permanência, ora se apresentando como motivadores para a permanência, ora geradores do abandono, ressaltando-se relações estabelecidas entre docentes e estudantes e entre trabalho, estudo e família. Apontou também que as atuais políticas de apoio à permanência não são reconhecidas pelos estudantes nem por eles identificadas como fundamentais para a sua permanência escolar.

Palavras-chave: Permanência e Abandono escolar. Educação Profissional e Tecnológica. Estudantes Trabalhadores.

ABSTRACT

It is presented the results of a research that aimed to analyze, from the point of view of students and ex-students of concomitant and subsequent technical courses in industrial area, the motivations and reasons that justify its permanence or abandonment to their courses. Based on the conception of the work as a central category and educational principle, established, also, dialogue with authors from different strands and theoretical conceptions aiming at deepening on the theoretical and ideological conflicts that permeate discussions on the school permanency or dropout. From a qualitative exploratory approach, the research involved workers students of a federal institution with campi in Joinville and Jaraguá do Sul, in Santa Catarina. The results signaled there is a complex and contradictory relationship between the motivators of abandonment and permanence, sometimes appearing as motivators to stay and other times as drivers of abandonment, emphasizing relationships established between teachers and students and between work, study and family. It also pointed out that the current policies of support for permanence are not recognized by the students, nor identified as essential for their permanence in school.

¹ Este artigo faz parte da dissertação de mestrado intitulada "PERMANÊNCIA E ABANDONO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: um estudo sobre Instituições Federais de Joinville e Jaraguá do Sul", defendida em agosto de 2014 no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). O texto foi devidamente readaptado para a composição do presente artigo.

² Doutora e Mestre em Tecnologia e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Pedagoga no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). E-mail: aleifsc@gmail.com.

³ Doutor em Educação e Mestre em Ensino de Física pela Universidade de São Paulo. Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: nilson@utfpr.edu.br e nilsondg@gmail.com.

Keywords: Permanency and School Dropout. Professional Education. Worker Students.

INTRODUÇÃO

A educação, o acesso e a permanência na escola são direitos previstos pela Constituição de 1988, ampliados pela Emenda Constitucional nº 59/2009, que garantiu educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade e sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. Assim, discutir permanência e abandono escolar⁴ é dialogar sobre direitos, pois a educação e sua consequente permanência é um direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988, art. 6º).

Reiterando esse direito, o artigo 5º. da Lei nº 12.796, sancionada em 04 de abril de 2013, ao alterar parte da LDB 9394/96 estabeleceu que

O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (BRASIL, 2013).

Apesar de todas as garantias legais, como afirma Gadotti (2006), a desigualdade na escola ainda é escancarada e exclui, e embora o ensino brasileiro seja gratuito e obrigatório, não é assegurado para a totalidade dos que dele teriam esse direito, visto que apenas “uma parcela reduzida da população tem uma escolarização de oito anos, pois já no primeiro ano a reprovação, associada à desistência, atinge mais de 50%” (p. 115).

Arroyo (1992, p. 46) aponta que há uma “indústria da exclusão” na escola, tanto privada quanto pública, que fortalece a cultura gerada e mantida ao longo do século republicano, reforçando uma sociedade desigual e excludente. Essa cultura da exclusão, para ele, “não é deste ou daquele colégio, deste ou daquele professor, nem apenas do sistema escolar”, mas faz parte da “lógica e da política da exclusão que permeia todas as instituições sociais e políticas”.

Corroborando, e generalizando, Dubet (2003, p.44) pondera que, como a visão republicana toma conta da escola século após século, o efeito exclusão escolar torna-se algo natural e “normal” da escola democrática de massa, “que afirma ao mesmo tempo a igualdade dos indivíduos e a desigualdade de seus desempenhos”. Aponta também que a escola, à medida que mais integra, mais exclui, funcionando “cada vez mais como o mercado, que é, em sua própria lógica, o princípio básico da integração e da exclusão”, naturalizando o abandono escolar.

Rui Canário (2004), por sua vez, defende que a problemática exclusão para o campo educativo, de modo simétrico, é um fenômeno exterior à escola (exclusão social) e interior à mesma (exclusão escolar). Para o autor, a exclusão não exprime um “agravamento dos problemas especificamente escolares, mas sim uma maior

⁴ Optou-se nesta pesquisa pela utilização do termo **abandono escolar**, por compreender que os termos desistência ou exclusão culpabilizam ou o aluno ou a instituição e, no nosso entendimento, o abandono ocorre em virtude da relação estabelecida entre os diversos fatores que envolvem o aluno e a escola, decorrentes de processos sociais, econômicos e culturais, visto que o aluno pode abandonar ou ser abandonado pela escola. Entretanto, no texto, será respeitada a denominação atribuída pelos autores nos seus respectivos textos tomados como referência.

sensibilização por parte da instituição escolar a fenômenos de natureza social cuja origem se situa no mundo do trabalho” (CANÁRIO, 2004, p. 50)

É na Educação Profissional e Tecnológica que essa relação com o mundo do trabalho se configura com mais intensidade. E é nela também, conforme Zanin (2019), que, ao longo de sua história e ainda hoje, índices elevados de abandono escolar têm estado presentes.

Essa situação pode ser constatada ao observar os dados relativos ao índice de eficiência acadêmica⁵ dos Institutos Federais na Plataforma Nilo Peçanha (BRASIL, 2019), que apontou que a “evasão no ciclo” apresentou, em todos os cursos ofertados, um percentual de 50,31% em 2017 e de 49,4% em 2018.

Nesse sentido, ao dialogar sobre abandono escolar na Educação Profissional e Tecnológica, ao mesmo tempo que se escancaram, conforme apontado por Fritsch (2017), as mazelas produzidas numa sociedade capitalista, são evidenciadas também as possibilidades de, transversalmente, dar visibilidade a fatores e variáveis que podem subsidiar a formulação de políticas e práticas para sua mitigação e prevenção.

Essa preocupação se faz necessária quando se busca pensar uma educação que seja voltada para a emancipação dos alunos e não apenas para a preparação para o mercado de trabalho, ressaltando assim, a importância de se assumir o trabalho como princípio educativo, o que, como afirma Kuenzer (2001), por essência, representa a possibilidade da classe trabalhadora satisfazer, em partes, a sua necessidade de transformação da sociedade.

Desta forma, por envolver questões sociais, econômicas e culturais externas e internas à instituição relacionadas entre si dialeticamente, sem sobreposição de importância de um fator sobre o outro, mas sim mutuamente relacionados, compreende-se que o abandono e a permanência escolar não tem sua origem na escola nem no indivíduo, como algumas concepções econômicas procuram atribuir, pelo contrário, é através do trabalho que devem ser analisados, pois, conforme Franzoi e Fischer (2015), “o trabalho é princípio primeiro para se entender a sociedade e, portanto, a educação” (p. 151), o que evidencia a necessidade de pesquisar sobre essa temática na Educação Profissional e Tecnológica.

A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

A pesquisa teve como objetivo compreender os motivadores que estimularam a permanência ou o abandono na educação profissional de estudantes dos cursos técnicos concomitantes em Mecânica e Eletroeletrônica e subsequentes em Mecânica Industrial e Eletrotécnica ofertados em uma Instituição Federal com campi em Joinville e Jaraguá do Sul, no Estado de Santa Catarina.

A pesquisa envolveu estudantes que ingressaram nas instituições entre o segundo semestre de 2011 e o final de 2013. Neste período, ingressaram nos cursos pesquisados

⁵ O índice de eficiência acadêmica é a capacidade de atingir os resultados previstos em termos de estudantes certificados ou com potencial de certificação em relação à quantidade total de matrículas considerando um determinado ciclo de matrículas, já para o cálculo de “evasão no ciclo” são considerados alunos que perderam vínculo com a instituição antes da conclusão do curso considerando apenas as matrículas vinculadas a ciclos de matrícula com término previsto para o ano anterior ao ano de referência. (MORAES *et. al.*, 2018)

1059 estudantes, dos quais 424 deixaram de frequentá-los, totalizando 40% de abandono escolar.

Além dos estudantes, três trabalhadores da educação que acompanharam a aplicação da pesquisa também tiveram oportunidade de se manifestar e tiveram suas opiniões registradas.

Os dados que subsidiaram as análises foram obtidos pela aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas para os alunos permanentes e entrevista semi-estruturada e questionário eletrônico (enviado por e-mail) com perguntas abertas e fechadas para os estudantes que deixaram de frequentar os cursos.

Responderam o questionário para alunos permanentes 126 alunos de Joinville e 144 de Jaraguá do Sul. Dos estudantes que deixaram de frequentar o curso, 13 responderam o questionário eletrônico e 12 foram entrevistados, totalizando assim uma participação de 270 estudantes permanentes e 25 que deixaram de frequentar os cursos no período.

Após a aplicação dos instrumentos de pesquisa, os dados foram tabulados, transcritos e analisados segundo quatro categorias: 1) Fatores internos, em busca da compreensão dos motivadores institucionais para permanência ou abandono; 2) Fatores externos, almejando entender as questões sociais, econômicos e culturais para tais motivadores; 3) Fatores pedagógicos, que envolviam fatores internos e externos na relação ensino aprendizagem, tais como formação dos docentes, percurso formativo dos estudantes e relação professor e aluno; e 4) Políticas públicas e ações de apoio à permanência, buscando avaliar a compreensão dos estudantes sobre as mesmas e efetividade.

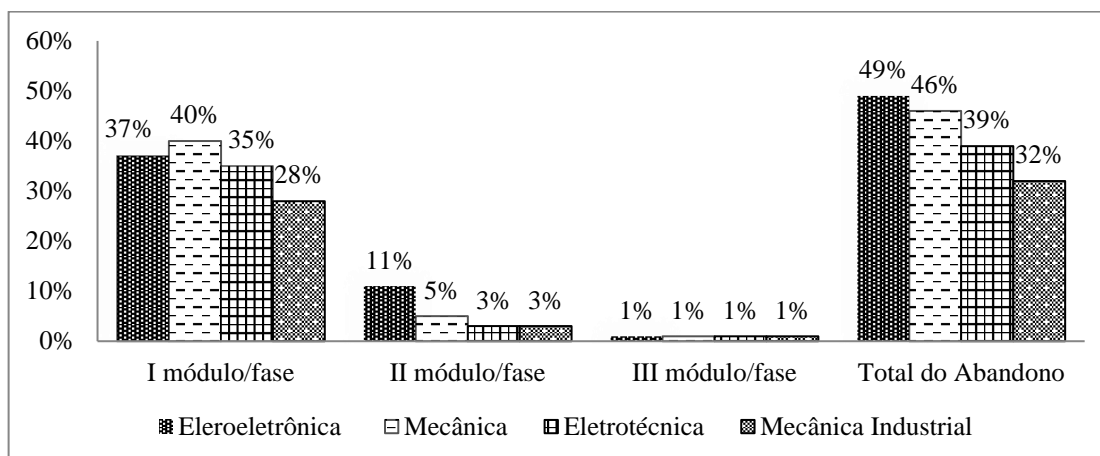
INTERPRETANDO OS MOTIVADORES DA PERMANÊNCIA OU DO ABANDONO ESCOLAR

A permanência e o abandono escolar envolvem muitos fatores, que vão além do ambiente escolar. Consiste num tema amplo, que exige reflexões, indagações, diálogos e avaliações no âmbito da pesquisa social.

Apesar dos motivadores para a permanência ou abandono escolar envolverem questões internas e externas à escola, nossas análises foram focadas mais nas questões internas, por terem sido as mais sinalizadas pelos estudantes que participaram da pesquisa.

Em relação aos alunos que deixaram de frequentar e participaram da pesquisa, 92% deles abandonaram os cursos quando ainda estavam cursando o primeiro módulo/semestre do curso. Ao analisar os percentuais de abandono, obtidos no sistema acadêmico das instituições, percebeu-se que a maioria dos estudantes deixou de frequentar a Instituição no primeiro módulo/semestre do curso, como se observa no gráfico 01:

Gráfico 01- Índice de Abandono escolar por módulo/fase dos cursos técnicos



Fonte: Autoria própria. Baseado em dados do sistema acadêmico da instituição.

Além disso, corroborando os dados, em suas falas, os participantes da pesquisa reforçam que boa parte do abandono ocorre no início do curso:

A22⁶ – É⁷ os primeiros módulos, hoje começam os primeiros módulos, a sala está com quarenta e poucos alunos. Lá no segundo módulo já são dez, doze, depois no último já são dois só.

P47 – Nesse ano 2013 alguns professores comentaram que nosso módulo um teve a menor desistência em comparação com os anteriores.

Os altos índices de abandono nos primeiros módulos, indicados e assumidos tanto pelos alunos quanto pelos servidores, permitem inferir que, entre os propósitos de uma escola que, por ser de caráter profissional, deveria ressaltar as relações da educação formal com o mundo do trabalho e assim propiciar uma forte atração para os alunos, que nela buscam a sua formação intelectual e laboral, há uma tendência em se valorizar mais o lado da educação formal, em detrimento da relação que pode ser estabelecida entre educação e trabalho, ação justificada muitas vezes pelo reforço da identidade de escola “forte”, o que tem naturalizado o abandono dos ingressantes, conforme se verifica em algumas falas:

Servidor 1 – O primeiro módulo é o filtro.

Servidor 2 – O aluno percebe que o ensino é forte, que tem que se dedicar e abandona no início.

Servidor 3 – Essa questão de evasão é nacional.

Uma das consequências dessa naturalização do abandono nos cursos técnicos é a percepção de que a instituição pode se eximir da responsabilidade de pensar e implementar ações para mudar esses altos índices, haja vista que entende que essa é uma questão que ocorre em todo Brasil.

⁶ Buscando preservar as identidades, os participantes da pesquisa foram caracterizados como “P + n° sequencial” para identificação dos estudantes permanentes e “A + n° sequencial” quando corresponder a dados dos estudantes que abandonaram/foram abandonados.

⁷ Procurou-se respeitar, nos depoimentos, a manifestação oral de cada um dos participantes, fazendo, entretanto, um trabalho de textualização visando minimizar eventuais erros de concordância e semântica.

Essa visão fortalece a banalização da exclusão, pois defende que o bom é para poucos, para os que têm potencial e que o abandono é uma decisão pessoal do aluno, que a toma por não poder acompanhar o curso. Entende-se, no entanto, que qualidade de educação é mais do que “educação forte” e, concordando com Dubet (2004),

Uma escola justa preservaria melhor a dignidade e a auto-estima dos que não fossem tão bem-sucedidos como se esperava. Isso supõe dois grandes tipos de ação. O primeiro exige uma verdadeira revalorização do ensino técnico e profissional e um interesse maior pelos gostos dos alunos e por seus talentos. O segundo tipo de ação é a afirmação do papel educativo da escola. Uma escola de massas confrontada com escolaridades longas e com o acolhimento de toda uma juventude não pode mais apoiar-se na ficção segundo a qual a instrução é suficiente para educar os alunos. Isso só foi possível numa escola reservada aos bons alunos, aos alunos bem-nascidos e aos “adeptos” dos valores da escola. É preciso então perguntar-se em que a escola pode ser um espaço de educação e de cultura na instrução e mais além, nas atividades culturais e esportivas, na organização da própria vida escolar, no atendimento aos alunos fora da classe. (p.552)

Ou seja, uma escola para todos em busca de educar a todos, fundada em concepções críticas e transformadoras, e cujas práticas possam contribuir para a diminuição da desigualdade social. Neste sentido, aponta-se a necessidade de refletir sobre como possibilitar uma inclusão não excludente diante desta lógica social, política e econômica e sobre o que pode ser feito para que essas mudanças ocorram, procurando romper com a naturalização do abandono, interpretado como algo normal e presente em todas as escolas.

MOTIVADORES DA PERMANÊNCIA E DO ABANDONO ESCOLAR

Referente aos motivadores para a permanência nos cursos técnicos, a tabela 01, elaborada a partir de respostas dadas pelos 270 alunos permanentes, apresenta os fatores por eles considerados decisivos para essa permanência.

Tabela 01- Principais motivadores para permanência nos cursos técnicos

Motivadores	Decisiva	Importante mas não fundamental	Nenhuma importância	Pouca importância
A busca de novos conhecimentos	68,9%	25,2%	2,6%	3,3%
Boa perspectiva de conseguir emprego melhor depois de formado	68,5%	22,6%	4,4%	4,4%
Qualidade dos professores	61,1%	30,7%	0,7%	7,4%
Afinidade (gostar) com a área do curso	60,4%	27,4%	4,8%	7,4%
Prestígio do curso	58,1%	33,7%	1,5%	6,7%
Turno do curso	55,6%	24,8%	3,3%	16,3%
Perspectiva de progressão funcional no emprego atual	53,7%	17,4%	21,1%	7,8%

Fonte: Autoria própria. Elaborado a partir dos dados dos questionários para permanentes.

Como se observou, aproximadamente 70% dos respondentes considera decisiva para a sua permanência a busca por conhecimento, 68% as relações com o mundo do trabalho e 61% a qualidade docente. Esses resultados demonstram a forte conexão existente entre fatores que são intrínsecos à escola – busca por conhecimento escolar,

qualidade dos professores, prestígio do curso, turno favorável do curso – com aqueles ligados à questões externas, como perspectivas futuras, a obtenção de emprego melhor, a afinidade com a área de estudo e a possibilidade de progressão funcional, reforçando a importância de serem considerados, na formação dos alunos, tanto aspectos relacionados à educação quanto ao mundo do trabalho.

Por sua vez, ao responderem se já pensaram em deixar de frequentar e abandonar o curso em algum momento, 52% declaram que sim. Os principais motivadores por eles apontados são: dificuldade de conciliar trabalho e estudo (22,8%); dificuldades de aprendizagem (20,3%); cansaço (13,3%); problemas com docentes (12%); organização do curso (9,5%); e problemas pessoais (4,4%).

De maneira similar, foi solicitado aos alunos que deixaram de frequentar, que indicassem os eventuais fatores que os influenciaram a abandonar o curso. Os resultados são apresentados na tabela 02:

Tabela 02- Principais motivadores para o abandono dos cursos técnicos

Motivadores	Decisiva	Importante mas não fundamental	Pouca importância	Nenhuma importância
Não consegui conciliar trabalho e estudo	30,8%	23,1%	0,0%	46,2%
Dificuldades para aprender	30,8%	15,4%	7,7%	46,2%
Problemas de saúde	30,8%	7,7%	0,0%	61,5%
Falta de tempo para estudar	23,1%	15,4%	23,1%	38,5%
Problemas de relacionamento com professor(es)	23,1%	7,7%	0,0%	69,2%
Problemas financeiros	15,4%	23,1%	15,4%	46,2%
A Instituição não atendeu minha expectativa	15,4%	15,4%	15,4%	53,8%
Greve	15,4%	15,4%	23,1%	46,2%
Não me identifiquei com o curso	15,4%	7,7%	15,4%	61,5%
O curso não atendeu minhas expectativas	15,4%	0,0%	7,7%	76,9%
Problemas familiares	7,7%	30,8%	7,7%	53,8%

Fonte: Autoria própria. Elaborado a partir dos dados dos questionários para desistentes.

No conjunto de respostas dadas pelos alunos que pensaram em abandonar e aqueles que efetivamente abandonaram os cursos, destaca-se nos dois grupos a dificuldade em conciliar trabalho e estudo, aspecto bastante recorrente dentre os estudantes brasileiros, que, independentemente de estarem ou não frequentando escolas de formação profissional, precisam conciliar as exigências do seu trabalho, que garante sua subsistência e muitas vezes de sua família, com as de estudos, realizados, em geral no turno noturno, após a jornada de trabalho, reforçando novamente a necessidade de serem pensadas as relações entre trabalho e educação.

Entretanto, para os sujeitos que deixaram de frequentar, aspectos relacionados ao curso e à instituição de ensino, contrariamente ao apresentado pelo grupo anterior, desempenhou um papel desestimulador, ressaltando-se, nesse caso, o dos professores e as dificuldades de aprendizagem. Explicitando a ambiguidade da questão, se no grupo anterior esse foi um fator de permanência, nesse foi de abandono.

Nesse particular, dentre os alunos de Jaraguá do Sul que deixaram de frequentar o curso, o fator mais decisivo para o abandono foram problemas de relacionamento com docentes, representando 50% das respostas. Já para os de Joinville, uma das questões decisivas foram as dificuldades de aprendizagem (57%), o que, por envolver alunos e professores, suscita uma reflexão se a dificuldade de aprendizagem está relacionada à dificuldade de aprender dos alunos ou de ensinar dos professores.

Além de apontar os principais motivadores que explicitam ou que justificam as razões para a permanência ou o abandono escolar, os relatos e índices permitiram identificar algumas características das instituições e dos sujeitos que frequentam seus cursos, que podem orientar eventuais ações de estímulo à permanência.

Corroborando o afirmado por Franzoi e Fischer (2017), para quem o trabalho é invisível na organização escolar, os dados demonstram que os sujeitos participantes da pesquisa são trabalhadores, e como estudantes não estão encontrando um espaço escolar que os perceba como tal, atenda suas necessidades, e ofereça condições de estudo que sejam compatíveis com suas possibilidades. Além disso, conforme apontado pelas autoras (2017), e também por Bernardim (2013), a ausência de políticas públicas de educação voltadas para os trabalhadores, só reforça o observado e, de certa forma, permite que a instituição se exima de algumas das responsabilidades com relação ao abandono escolar.

OS SERVIÇOS PEDAGÓGICOS E OS PROFESSORES

Na Instituição e cursos pesquisados, a maioria dos docentes são engenheiros, situação comum nas instituições de educação profissional brasileiras. De acordo com o INEP (2018) essa é uma realidade nacional, na qual cerca de 34% dos docentes da educação profissional e tecnológica não possuem licenciatura ou complementação pedagógica, ensejando perguntar se tais trabalhadores são da educação ou estão na educação?

Observou-se que a atuação docente se apresenta como uma das principais razões do abandono escolar dos estudantes em ambos os campi, tanto dos que deixaram de frequentar quando dos permanentes, como se observa nos relatos transcritos:

A18 – O que me desestruturou foi o professor. [...] aí que está o problema, né, o curso é bom, o problema é o professor. Digamos assim, com os outros professores, que nem eu falei, não tive problema nenhum, tive problema com esse professor.

P85 – Professor X vem despreparado para as aulas, não passando confiança sobre o que ensina.

P234 - Alguns professores não possuem conhecimento prático.

Essas afirmações reforçam o observado por Zanin, Zanin e Garcia (2019) quando evidenciam os desafios de atuar na educação profissional e tecnológica, cujos cursos podem ser ofertados para atender uma vasta rede de campos de conhecimento e serem ofertados em diferentes níveis de ensino, o que leva a uma heterogeneidade de público, o que exigiria, de princípio, uma formação inicial e continuada institucionalizada e ampla, que levasse em conta uma formação integrada que articulasse as demandas do trabalho com as da educação.

Essas questões se apresentam em diversas intervenções da professora Lucília Machado quando aborda “o contexto atual de um desafio já histórico”, dentre outros aspectos, ela pondera que:

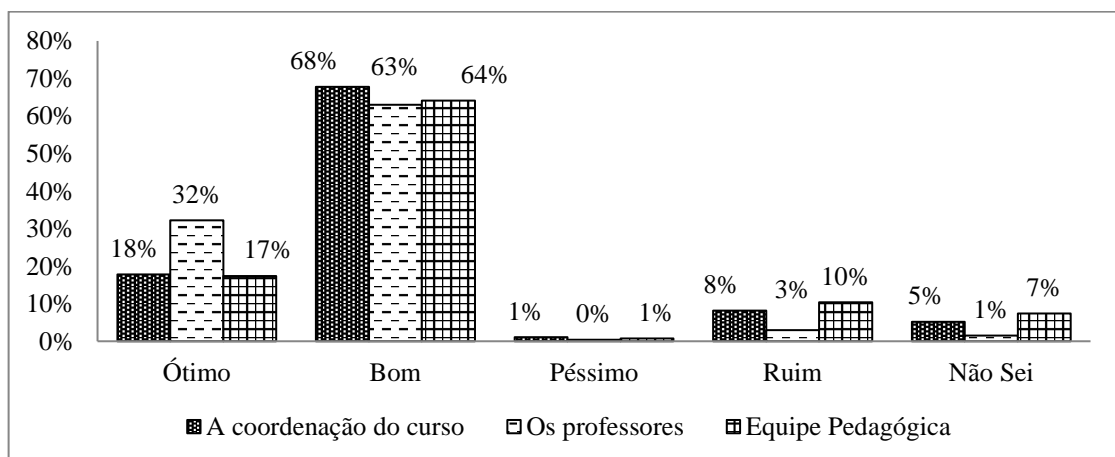
o desafio da formação de professores para a EPT manifesta-se de vários modos, principalmente quando se pensa nas novas necessidades e demandas político-pedagógicas dirigidas a eles: mais diálogos com o mundo do trabalho e a educação geral; práticas pedagógicas interdisciplinares e interculturais; enlances fortes e fecundos entre tecnologia, ciência e cultura; processos de contextualização abrangentes; compreensão radical do que representa tomar o trabalho como princípio educativo; perspectiva de emancipação do educando, porquanto sujeito de direitos e da palavra. (MACHADO, 2011, p. 694)

Diante do exposto, fortalece-se a necessidade de investimento na formação docente, pois no Brasil a preparação de professores da educação profissional vem sendo negligenciada, atendida através de Programas e tratada como algo “especial”, “emergencial”, “sem integralidade própria”, sinalizando assim uma “política de falta de formação” pedagógica dos professores de disciplinas profissionais e técnicas, por parte do governo. (OLIVEIRA, 2006, p.04).

Por essas razões, não se pode e nem se pretende apontar o professor como um culpado pelo abandono, pois as atuais políticas públicas não lhe oportunizam formação inicial e continuada. Pelo contrário, percebe-se que esse professor, por não ter formação acadêmica específica para a prática docente, depende muitas vezes de sua vontade própria para buscar formação para o seu exercício profissional, o que tem ocorrido dentro de suas possibilidades, convicções, conhecimento e vivências. De certa forma, em algumas situações, ele também está abandonado.

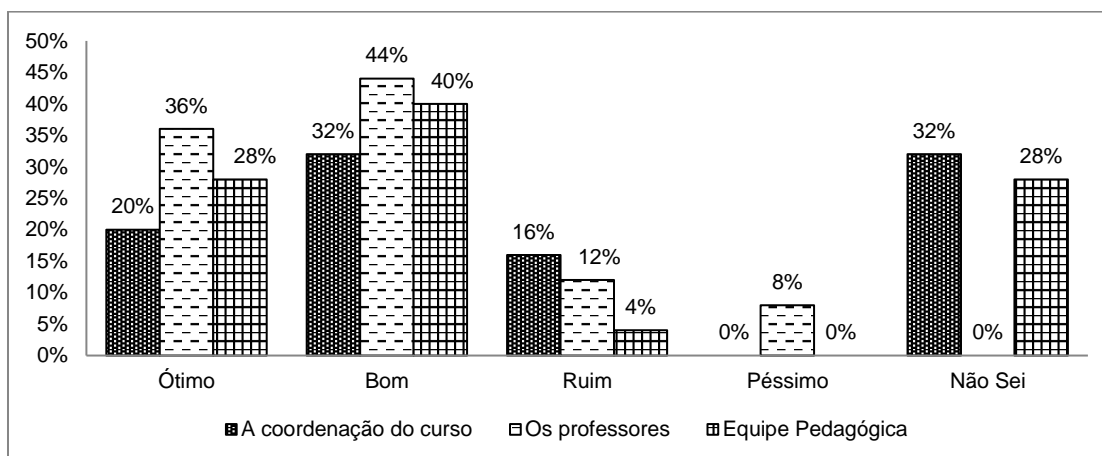
Confirmando essa percepção, ao serem solicitados para avaliarem alguns profissionais de sua instituição, os participantes apontam para uma avaliação positiva para os docentes, a coordenação dos cursos e a equipe pedagógica, reforçando o aspecto ambíguo da atuação desses profissionais, principalmente o dos professores, como fator que influencia a decisão dos alunos em permanecer ou abandonar o curso.

Gráfico 04- Avaliação dos Trabalhadores da Educação – Permanecentes



Fonte: Autoria própria. Baseado em dados dos questionários

Gráfico 05 – Avaliação dos Trabalhadores da Educação – Desistentes.



Fonte: Autoria própria. Baseado em dados dos questionários e entrevistas.

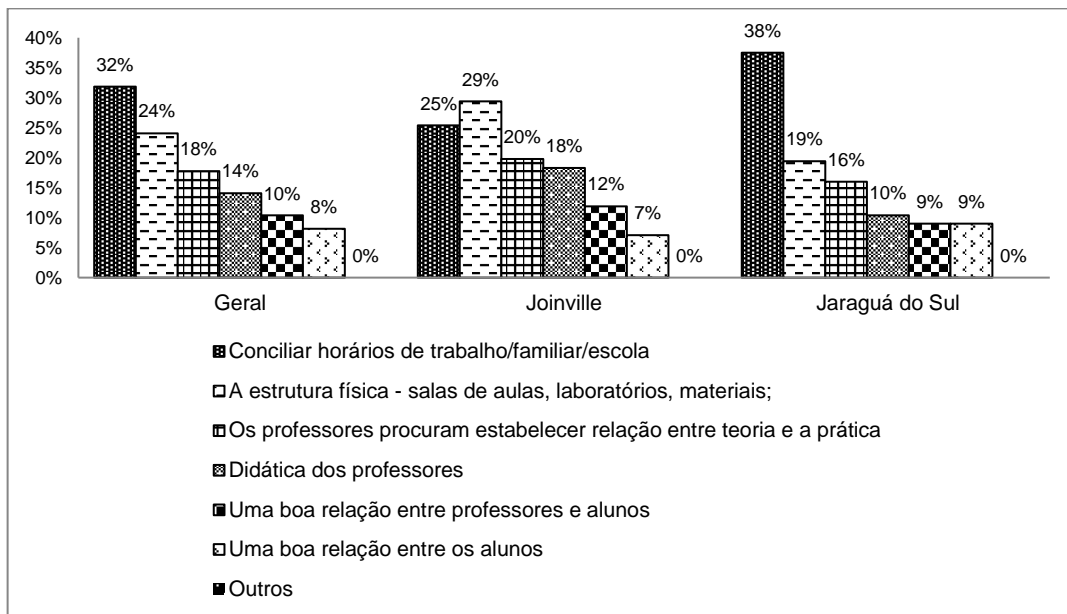
Esses dados indicam a importância do papel do docente no estímulo à permanência ou ao abandono dos estudantes. Percebe-se que o docente desempenha uma relação dialética que deve ser dialogada entre os atores da educação, objetivando refletir práticas que possam oportunizar uma diminuição das dificuldades e fortalecer ações que favoreçam a permanência escolar.

Em relação ao papel da equipe de apoio ao ensino, destaca-se que ao perguntar aos estudantes que deixaram de frequentar os cursos técnicos se haviam procurado a equipe pedagógica e a coordenação de curso no período em que pensaram em abandonar o curso que frequentavam, 28% responderam que não conheciam os profissionais que faziam parte da equipe pedagógica institucional e 32% desconheciam a coordenação do curso que faziam, o que fez com que não procurassem esse apoio antes de abandonar o curso que frequentavam.

CONCILIAR TRABALHO E ESTUDO

Os participantes da pesquisa também se pronunciaram a respeito dos pontos que eles consideraram positivos em suas instituições. As respostas dos alunos permanentes são apresentadas no gráfico 06.

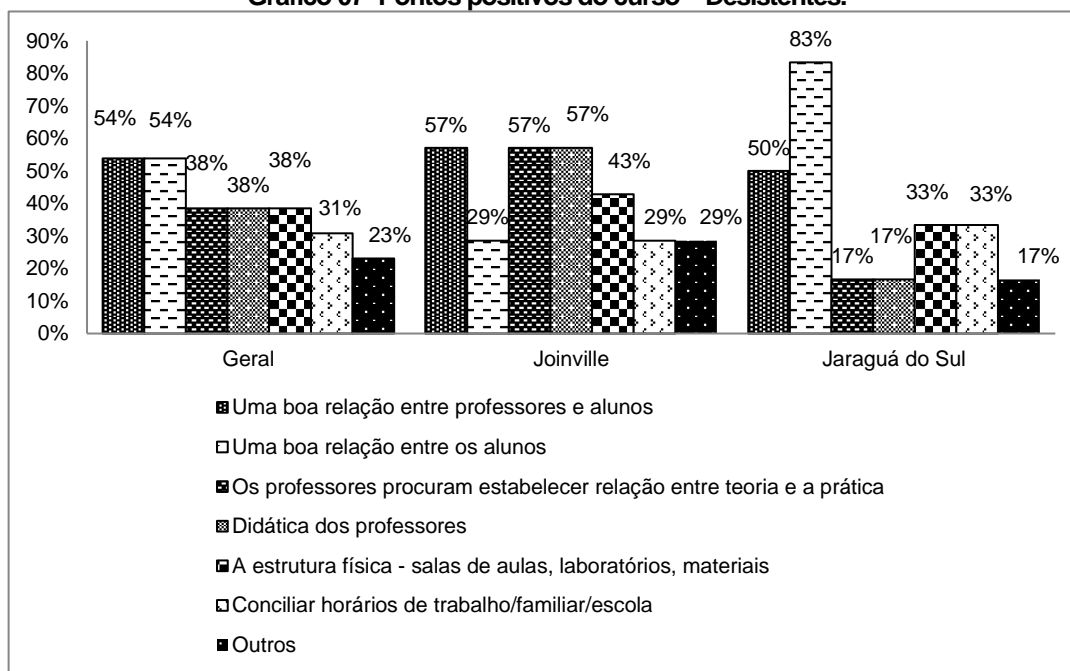
Gráfico 06- Pontos positivos do curso – Permanecentes.



Fonte: Autoria própria. Baseado em dados dos questionários.

As respostas dos que deixaram de frequentar os cursos, por sua vez, são apresentadas no gráfico 07.

Gráfico 07- Pontos positivos do curso – Desistentes.



Fonte: Autoria própria. Baseado em dados dos questionários e entrevistas.

Verifica-se novamente a relação ambígua entre abandono e permanência ao observar que conciliar trabalho e estudo é tanto um motivador da permanência quanto do abandono escolar.

Conforme evidenciado por Rui Canário (2004) a exclusão escolar faz parte de fenômenos sociais que possuem sua origem no mundo do trabalho, necessitando assim, compreender essa questão ao pensar soluções para exclusão do estudante trabalhador.

Kuenzer, já em 1992, apontava que tomar o trabalho como princípio educativo abre uma possibilidade de solução para esses problemas pois essa seria uma possibilidade histórica inscrita no próprio desenvolvimento capitalista, que tem como germe a unidade entre escola e produção e base na prática produtivo-política da sociedade industrializada contemporânea.

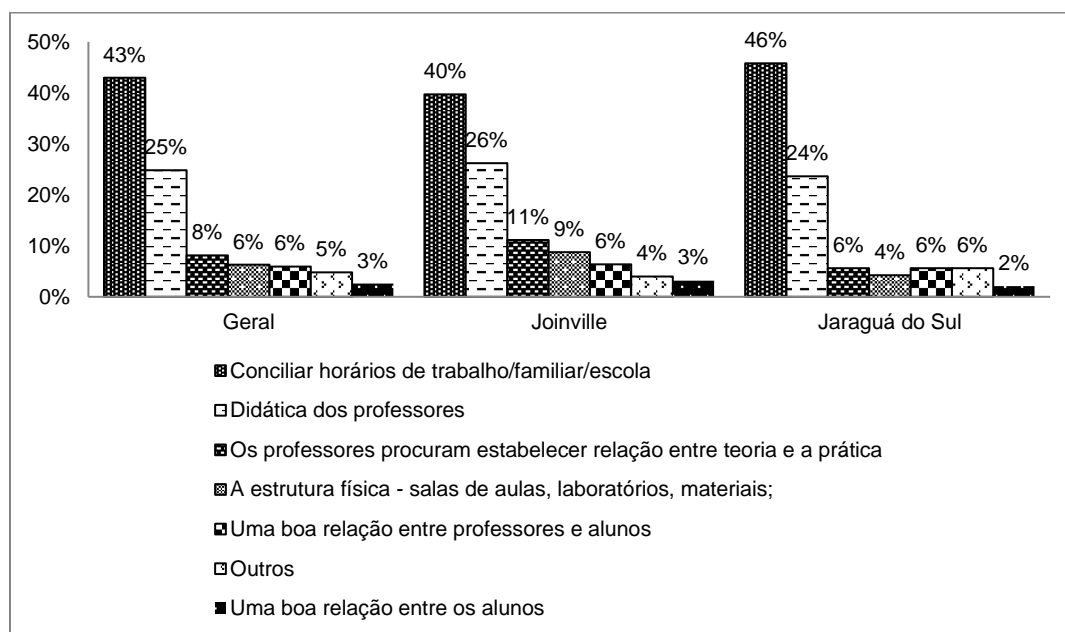
Para ela, a educação voltada para o trabalho como princípio educativo almeja a superação entre o academicismo clássico e a especialização, exigindo propostas pedagógicas que superem a fragmentação e recuperem a dimensão histórica dos sujeitos. (KUENZER, 1992)

Neste sentido, há que se considerar que a educação, tendo o trabalho como princípio educativo, possibilita a “humanização” e “socialização para participação na vida social” juntamente com o “processo de qualificação para o trabalho, mediante a apropriação e construção de saberes e conhecimentos, de ciência e cultura, de técnicas e tecnologia” (GARCIA; LIMA FILHO, 2004, p.30).

Porém, essa percepção precisa estar presente no cotidiano escolar, pois o mundo capitalista se orienta pela necessidade do trabalho produtivo, como a que se percebe na região pesquisada, pois Jaraguá do Sul e Joinville destacam-se por serem polos industriais no estado catarinense, cuja cultura do trabalho é forte, valorizando a formação técnica, na maioria das vezes, como uma mão de obra rápida e especializada.

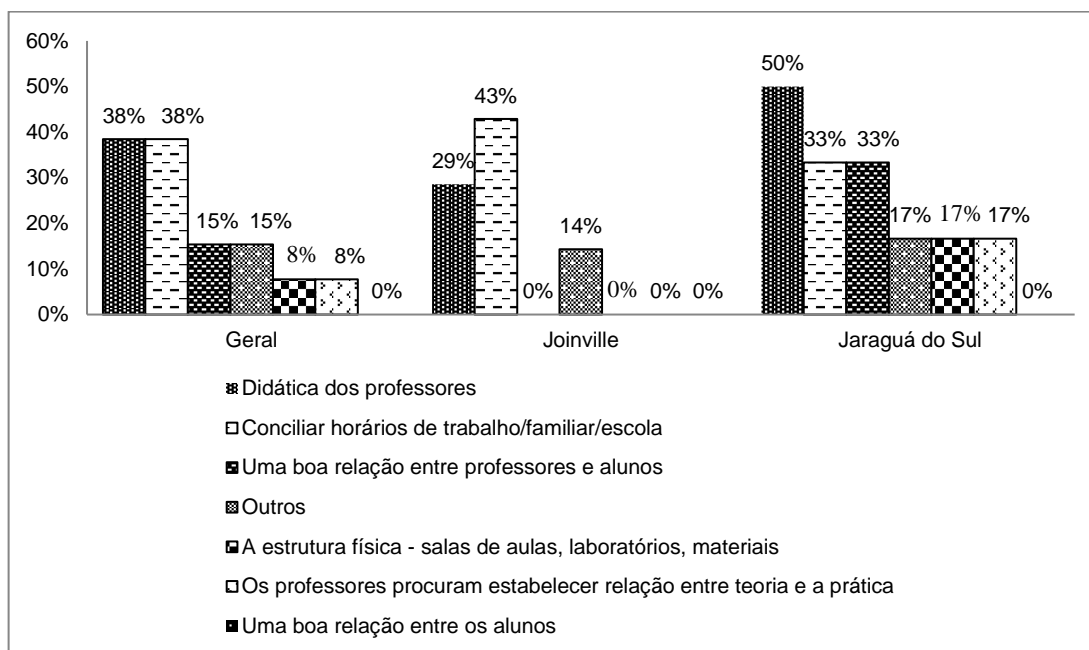
Entretanto, mesmo diante dessas constatações relatadas pelos estudantes, estudar significa enfrentar e superar diversas dificuldades. Dentre as principais dificuldades sinalizadas pelos permanentes e pelos que deixaram de frequentar o curso, está a de conciliar tempo de trabalho, família e escola, como se observa nos gráficos 08 (permanentes) e 09 (deixaram de frequentar):

Gráfico 08- Dificuldades encontradas no curso – Permanentes.



Fonte: Autoria própria. Baseado em dados dos questionários.

Gráfico 09- Dificuldades encontradas no curso – Desistentes.



Fonte: Autoria própria. Baseado em dados dos questionários e entrevistas.

Destaca-se que para os alunos de Joinville que deixaram de frequentar os cursos, a questão da conciliação entre trabalho, família e escola revela-se muito mais predominante entre as dificuldades encontradas para frequentar o curso do que para os de Jaraguá do Sul. Um dos motivos que pode justificar que esta questão exerce menor influência em Jaraguá do Sul deve-se ao fato de que os cursos técnicos, em especial os ofertados no período vespertino, iniciam suas aulas de acordo com os horários das indústrias da cidade, o que possibilita aos trabalhadores do primeiro turno as frequentarem.

No entanto, na fala dos pesquisados, em ambas as cidades, percebe-se a dificuldade de conciliar estudo e trabalho:

P113 – Porque, levanto às 3 da manhã para trabalhar, e retorno às 3 da tarde. Depois tenho que cuidar dos meus dois filhos de 3 e 5 anos. Quando minha esposa chega do trabalho as 18:30, eu venho correndo para cá, e retorno às 22:00 para começar tudo de novo.

A21 – O que eu escutava muito lá era cansaço que o pessoal falava, já saía direto do serviço e ia estudar. Tem muita gente que dorme dentro da sala de aula, né?

Nesse sentido, de acordo com Mészáros (2008, p. 67), por não “promover, conscienciosamente, a universalização conjunta do trabalho e da educação”, e assim romper com a lógica do capital, em especial da visão de trabalho para o mercado produtivo, a escola vem fracassando com o compromisso com o trabalhador, pois muitas vezes não oferece cursos em condições que atendam essas realidades. Além disso, em alguns casos, alguns dos trabalhadores da educação desconhecem quem são esses estudantes e suas necessidades, como se observa no relato abaixo transcrito:

A18 - Teve alguns dias que eu me atrasei em torno de cinco a dez minutos, o professor chamou minha atenção, daí eu falei “senhor professor eu trabalho”, moro longe, não tem condições de todo dia chegar no mesmo horário. Ele falou, é, mas eu estou todo dia aqui no mesmo horário. Eu falei, lógico, você é o professor, você está aqui, daí eu falei prá ele. Daí ele falou, ó, não quero esse problema nessa sala de aula.

Situações como essa, que podem ser exceção, ou recorrentes, são sinalizadoras do papel da escola e da ação docente no atendimento a alunos trabalhadores. Reiterando o entendimento de que as ações podem ter efeitos opostos e ambíguos, reforçam a importância de dialogar com as necessidades e particularidades dos trabalhadores estudantes face ao seu processo educativo, para que sejam estimuladoras da permanência e não do abandono.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR

As políticas de apoio à permanência escolar na educação profissional se efetivam através do Plano Nacional de Assistência Estudantil regulamentado em 2010 (BRASIL, 2010). Entretanto, percebe-se que elas se alinham, mais especificamente na Instituição no momento da pesquisa, às políticas de transferência de renda do que em termos de incentivo à permanência no estudo.

Corroborando essa percepção, entre os motivadores para a permanência escolar, 58% dos permanecentes citaram que auxílios financeiros da Instituição e/ou do Governo não exercem nenhuma importância em suas decisões de permanecer nos cursos. Apenas 10% dos permanecentes a consideraram decisiva para continuar o curso.

Observou-se que a maioria dos estudantes (90% dos permanecentes e 72% dos que deixaram de frequentar os cursos) desconhece que as Instituições possuem uma política de apoio à permanência, amparada no Plano Nacional de Assistência estudantil.

Entre os que conhecem ações de apoio e permanecem na instituição, apenas 4% sinalizaram a assistência estudantil, 1,5% citaram as bolsas de pesquisa e extensão e os demais sinalizaram outras ações/práticas tais como: a própria pesquisa que foi aplicada, o Pronatec⁸, a motivação e disponibilidade dos professores, o trancamento do curso, entre outros, ou não citaram a ação.

Apesar de, dentre os alunos permanecentes, 14,1% terem recebido ou estarem recebendo algum benefício de apoio à permanência escolar, apenas 26% destes sinalizaram conhecer alguma ação ou política de apoio à permanência, ou seja, a maioria dos beneficiados pelas ações de apoio – 74% - não as reconhecem como práticas de incentivo à permanência e não a compreendem como um benefício de apoio à permanência escolar.

O fato se repete dentre os que deixaram de frequentar. Dos 20% que recebiam a assistência estudantil, apenas 40% responderam que existia na instituição auxílio à permanência escolar. Ou seja, 60% dos estudantes que abandonaram os cursos e recebiam auxílio estudantil, também não o compreendiam como uma ação de política pública para apoiar sua permanência escolar.

Embora a política de assistência estudantil seja um avanço em relação às ações de apoio à permanência escolar, observa-se que a mesma é pouco conhecida e identificada para este fim.

⁸ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), instituído pela Lei nº 12.513 de 26/10/2011.

Acrescente-se a isso o fato mais significativo de que a questão financeira foi pouco sinalizada na pesquisa como um dos principais motivadores do abandono escolar ou um facilitador para permanência na escola.

REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ABANDONO E PERMANÊNCIA

Embora a história do abandono escolar tenha se constituído com a própria história da educação profissional, são poucos os trabalhos e referenciais que os apresentem e investiguem, confirmando o pressuposto de que o abandono escolar, apesar dos seus altos índices, é pouco discutido pelos sujeitos da educação, forte indicativo da naturalização do fenômeno na Educação Profissional e Tecnológica. Naturalização esta que se observa na imagem de escola pública “forte”, apoiada em ideias associadas às competências e à meritocracia, que se fazem presentes no discurso de servidores e mesmo pelos estudantes.

Na Instituição pesquisada, uma importante política de apoio à permanência escolar é a proposta pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que se propõe oferecer “assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico” e cujas “ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa” (BRASIL, 2010). No entanto, os dados evidenciaram o desconhecimento pelos estudantes das ações vinculadas ao plano, até mesmo daqueles que são beneficiários da assistência estudantil, que, na maioria dos casos, não as sinalizou nem reconheceu como uma ação ou política de apoio à permanência. Essa situação talvez se deva ao fato de que, de maneira geral, as atuais políticas de apoio à permanência, nos campi pesquisados, estejam sendo entendidas e aplicadas muito mais como políticas de transferência de renda e não como estímulo à permanência.

Apesar do Plano Nacional de Assistência Estudantil representar um importante avanço nas políticas de apoio à permanência escolar, ele ainda não está sendo suficiente para manter o estudante na educação profissional e tecnológica, exigindo mais planejamento e ações que atendam à realidade dos trabalhadores estudantes. Neste sentido há necessidade, além de uma avaliação mais sistematizada, de reflexões sobre os motivadores do abandono e da permanência que podem ser atendidos pela instituição, seja por políticas nacionais ou ações institucionais.

Os dados da pesquisa demonstraram que, além de compreender a realidade dos estudantes, a práxis escolar que leva à permanência dos alunos exige ações que também envolvam os trabalhadores da educação (docentes e técnicos), pois, ao mesmo tempo que a qualidade docente se configura como o grande motivador para a permanência, a didática - ou a falta dela - e a relação dos docentes com os alunos, revelando uma relação dialética e ambígua, são também apontados como grandes motivadores para o abandono das escolas de educação profissional.

De maneira alguma isso significa que os professores da educação profissional e tecnológica devam ser culpabilizados pelo abandono escolar. Pelo contrário, a eles deve se atribuir o respeito e a consideração por compartilhar com os estudantes a sua prática acumulada no exercício de sua profissão. Mas, ao mesmo tempo, há que se registrar que uma escola de formação profissional é uma escola, não uma empresa. Ela precisa de profissionais não apenas com conhecimento específico, mas também pedagógico.

Sob certos aspectos, eles também são abandonados, pois muitas vezes não lhes são oferecidas condições de aperfeiçoamento.

Diante dessa realidade, fazem-se fundamentais políticas públicas de capacitação inicial e continuada dos trabalhadores da educação, pois se compreende que a formação e o aperfeiçoamento pedagógico destes profissionais não podem depender apenas de si próprio. Destaca-se assim a importância de políticas de capacitação dos trabalhadores da educação uma vez que, como apresenta Oliveira (2006, p.04), no Brasil as ações de formação destes trabalhadores há muito vêm sendo tratadas como algo “emergencial” e “sem integralidade própria”.

Os dados demonstraram também que tanto a relação entre o estudante e o docente, quanto o trabalho docente, são fundamentais para fortalecer a permanência escolar, havendo, portanto, a necessidade de políticas de capacitações permanentes e comprometidas com práxis pedagógicas que almejam a emancipação de seus alunos e que considere o trabalho como princípio educativo. Nesse sentido, reforça-se a importância do debate e aprofundamento teórico metodológico da compreensão do trabalho como princípio educativo nestes espaços de formação, pois considera-se que essa perspectiva possa atender às necessidades do trabalhador estudante e supere a dualidade estrutural presente nessa modalidade de ensino.

Referente aos motivadores do abandono, os alunos apontaram as dificuldades de aprendizagem como um grande motivador para deixarem os bancos escolares. Essa questão, entretanto, não pode ser analisada isoladamente do ensino, o que releva a importância da relação entre os professores e os alunos, sendo assim necessário considerar os contextos de âmbitos individuais, sociais e culturais dos sujeitos que envolvem o ensino e a aprendizagem.

Nesse sentido, considera-se que a equipe pedagógica (psicólogo, pedagogo, assistente social, etc..) também desempenha um papel importante de apoio ao processo ensino-aprendizagem. Faz-se assim, indispensável fortalecer essas relações e desenvolver formação continuada também para esses profissionais, nos mesmos princípios e perspectivas da formação docente, no sentido de auxiliar a implementar práticas institucionais mais eficazes de apoio à permanência escolar.

Outro fator ambíguo e determinante para o permanecer ou abandonar diz respeito à relação dos alunos com o trabalho. Embora os dados indiquem que permanecer no curso gera a perspectiva de melhoria nas condições de trabalho e mesmo salariais, a realidade dos estudantes participantes da pesquisa impõe que a sua formação deixe de ser prioridade diante do cansaço do dia de trabalho, dos problemas inerentes à manutenção da família e aqueles exigidos pelo estudo. Esta é uma questão cultural e até mesmo de sobrevivência, haja vista que o trabalho (neste caso o emprego) é determinante para sua manutenção e de sua família, ficando seu próprio estudo em segundo plano.

Mesmo tendo consciência da importância do estudo, ao terem acesso aos cursos, esses mesmos estudantes não conseguem, muitas vezes, articular o cotidiano escolar com o atendimento à família e às atividades laborais, funcionando assim, a escola, como um espaço excludente.

E como atender este estudante trabalhador no sentido de superar essas dificuldades, que são de diversas naturezas e magnitudes? A pesquisa apontou para a necessidade de melhor compreensão de quem são esses sujeitos, pois, contrariamente à imagem

construída de que no decorrer da história o perfil do estudante dos cursos profissionais se transformou de sujeito marginalizado para o de elitizado, que compreende o atual papel e importância da sua formação para o trabalho, essa não foi a realidade constatada.

Nos participantes da pesquisa, alunos dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes da Área de Controle e Processos Industriais, foram evidenciadas carências de diversas naturezas, culturais, sociais e econômicas, que podem interferir em diversos aspectos de sua vida estudantil e que só poderão ser superadas se o ensino assumir uma perspectiva que permita a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das ciências e das artes, ou seja, que possibilite a educação integral e emancipadora humana.

Essa última constatação remete, à guiza de conclusão e de forma tautológica, à importância do trabalho na formação do estudante e da educação na formação do trabalhador, educação esta que, além do direito constitucional, seja realizada numa escola que, além de promover cursos que superem o simples treinamento voltado para responder às necessidades do mercado e do desempenho de seus alunos como trabalhadores, esteja preocupada com a mudança social, com a superação do domínio hegemônico de exploração do trabalhador e ofereça condições para a permanência dos alunos em cursos que respondam e ampliem seus horizontes laborais, sociais e culturais.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. **Em Aberto**, Brasília, ano 11, n.53, jan/mar. 1992.

BERNARDIM, Marcio Luiz. **Juventude, escola e trabalho**: sentidos atribuídos ao ensino médio por jovens da classe trabalhadora. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, PPGE/ UFPR, Curitiba, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF: 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Senado Federal, Brasília/DF: 1996.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208 da Constituição Federal, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos Brasília: 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em 10 jul. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em 10 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12796.htm. Acesso em 10 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**. Brasília: MEC/SETEC, 2019. Disponível em: <https://www.plataformanilopecanha.org/>. Acesso em: 21 mar. 2020.

CANÁRIO, Rui. Territórios educativos e políticas de intervenção prioritária: uma análise crítica. **Revista Perspectiva**, v. 22, n. 01, p. 47-78, jan./jun. UFSC: Florianópolis, 2004.

DUBET, François. A escola e a exclusão. Trad. Neide Luzia de Rezende. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, julho/2003. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/514/518>. Acesso em: 10 jul. 2018.

DUBET, François. O que é uma escola justa? Trad. Édi Gonçalves de Oliveira e Sérgio Cataldi. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/4635>. Acesso em: 10 jul. 2018.

FRANZOI, Naira Lisboa ; FISCHER, Maria Clara Bueno. Saberes do trabalho: situando o tema no campo trabalho-educação. **Trabalho Necessário**. Ano 13. n.20. p.147-171. Niterói: NEDDATE, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8617>. Acesso em: 25 de abr. 2020.

FRANZOI, Naira Lisboa ; FISCHER, Maria Clara Bueno. O acesso e a permanência do estudante trabalhador na escola pública na Rede Estadual do Rio Grande do Sul – Brasil: um direito negado? Trabalho preparado para sua apresentação no **9º Congresso Latino-americano de Ciência Política**, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideu, 26 ao 28 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.congresoalacip2017.org/site/anaiscomplementares2>. Acesso em: 25 mar. 2020.

FRITSCH, Rosângela. Evasão escolar, mundo da escola e do mercado de trabalho: o que dizem os jovens do Ensino Médio de escolas públicas. In DORE, Rosemary; SALES, Paula Elizabeth Nogueira; SILVA, Carlos Eduardo Guerra. (Orgs.). **Educação profissional e evasão escolar: contextos e perspectivas**. Belo Horizonte: RIMEPES, 2017.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. 8ª ed. rev. ampl. São Paulo: Editora Ática, 2006.

GARCIA, Nilson Marcos Dias; LIMA FILHO, Domingos Leite. **Politecnicidade ou educação tecnológica: desafios ao Ensino Médio e à educação profissional**. Caxambu: 27ª Reunião Anual da ANPEd, 2004.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2018**. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 24 mar. 2020.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Para estudar o trabalho como princípio educativo na Universidade: categorias teórico-metodológicas**. Tese (Concurso para professor titular). Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 1992.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Ensino de 2º. Grau: o trabalho como princípio educativo**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. O desafio da formação dos professores para a EPT e PROEJA. **Educação & Sociedade** [online], Campinas, v. 32, n.116, p.689-704, jul.-set. 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v32n116/a05v32n116.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORAES, Gustavo Henrique. [et.al.]. **Plataforma Nilo Peçanha: guia de referência metodológica**. Brasília/DF: Editora Evobiz, 2018.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. Formação e profissionalização dos professores do ensino técnico. **Revista Educação & Tecnologia**. Belo Horizonte. V.11, n.2, p. 03-09, jul/dez 2006.

ZANIN, Alexandra Joelma Dal Pizzol Coelho. **Abandono e Permanência Escolar na Educação Profissional e Tecnológica: olhares de trabalhadores da educação do Instituto Federal de Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGTE/UTFPR, Curitiba, 2019.

ZANIN, Rafael Antonio; ZANIN, Alexandra Joelma Dal Pizzol Coelho; GARCIA, Nilson Marcos Dias. Reflexões sobre a formação de professores da educação profissional e tecnológica. Anais Eletrônicos do **XIV Congresso Nacional de Educação - EDUCERE**, Curitiba: PUC/PR, 2019. p.366-369. Disponível em: <https://educere.pucpr.br/p1/anais.html>. Acesso em: 26 mar. 2020.

Data da submissão: 24/05/2019

Data da aprovação: 27/04/2020